

ANEXO II (MODELO DE ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE)

Modelo de Acordo de Confidencialidade

Este Acordo de Confidencialidade ("Acordo") é celebrado entre:

A **POLÍCIA FEDERAL**, (qualificação), e XXXXXXXX

Considerando:

Que a Polícia Federal e a _____, doravante coletivamente denominadas como "Partes" com vista a celebrar _____, com a finalidade de trabalhos de interesse mútuo, para prestação de serviços de tradução e versão de textos.

Que durante a vigência de todo o relacionamento contratual entre as Partes, estas receberão, uma da outra, informações privilegiadas e confidenciais, doravante simplesmente denominadas "Informações Confidenciais";

As Partes celebram este Acordo de Confidencialidade, conforme as cláusulas abaixo:

1- INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

1.São consideradas "Informações Confidenciais" documentos técnicos ou não sobre toda e qualquer informação relativa aos acordos e tratados internacionais, pedidos de cooperação policial e jurídica internacional e relativos à escolta e entrega de presos, e demais informações sobre investigações estrangeiras ou nacionais e outras da CONTRATANTE; além de outras que sejam divulgadas e/ou fornecidas de uma Parte para a outra Parte, bem como aquelas compartilhadas, durante a vigência deste Acordo, independentemente de elas serem divulgadas, fornecidas e/ou partilhadas na forma oral, escrita, gráfica, fotográfica, eletrônica ou em qualquer outra meio, suporte e formato.

2.Também se entende por Confidencial toda informação escrita que seja caracterizada como tal no documento divulgado à Parte receptora

2 - OBRIGAÇÃO ENTRE AS PARTES

1.Manter em completo sigilo todas as Informações Confidenciais recebidas da outra Parte.

2.Notificar a Parte divulgadora, se tiver conhecimento, a respeito de qualquer divulgação feita por terceiros, e não autorizada neste Acordo, de Informações Confidenciais.

3.Proteger as Informações Confidenciais recebidas da outra Parte com o mesmo grau de cuidado e de proteção contra a divulgação que dispensa às suas próprias Informações Confidenciais, e nunca em nível menor que o adequado ao cuidado e à proteção que se requer em relações comerciais com órgão público federal.

4.Não divulgar, a terceiros, qualquer Informação Confidencial de que tiver conhecimento, exceto se tal divulgação for efetivamente necessária para o cumprimento dos objetivos deste Acordo, e ocorrer nos mesmos moldes, e sob as mesmas formas de proteção, estabelecidos neste Acordo;

5.Não usar a Informação Confidencial recebida para outros fins que não os previstos neste Acordo; à exceção de em casos em que esse uso tiver sido previamente autorizado pela Parte proprietária da informação.

6.Toda informação revelada sob este Acordo - incluídas as informações licenciadas e protegidas por patentes, por direitos autorais, por segredos de negócio, ou por qualquer outro direito de propriedade

intelectual -, que for transmitida sob qualquer forma de uma Parte, a outra Parte, permanecerá como sendo de propriedade da Parte divulgadora; à exceção de em casos nos quais tal propriedade for expressamente estabelecida, de outra forma, entre as Partes.

7.No término deste Acordo, as Partes deverão devolver as Informações Confidenciais recebidas uma da outra e suas respectivas cópias e reproduções; ou alternativamente, e a pedido da Parte divulgadora, a Parte receptora poderá destruir todas as Informações Confidenciais e suas eventuais cópias e reproduções, fornecendo para a Parte divulgadora um certificado de sua destruição.

8.Caso a Parte receptora seja obrigada, por uma autoridade judicial, ou por outra autoridade governamental, a divulgar Informações Confidenciais que tenha recebido, a Parte receptora deverá imediatamente informar e colaborar com a Parte divulgadora para que atenda tais exigências, de forma a estender, ao máximo, a confidencialidade da informação.

9.Caso uma das Partes, diretamente ou por intermédio de empresa ou instituição que a represente (que seja participante como quotista, sócia, controladora, ou controlada, ou mediante joint-venture, consórcio, contrato de participação em resultados, ou qualquer outra forma que assegure o compartilhamento dos benefícios econômicos), são caracterizadas como confidenciais, deverá indicar isso, em comunicação por escrito; o que facultará, à Parte fornecedora das informações, decidir se seguirá ou não com a negociação.

3 - NÃO SÃO INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

3.1 Não são consideradas como Informações Confidenciais aquelas:

- Que forem, ou tornarem-se, de conhecimento geral; ou aquelas que forem disponibilizadas ao público sem qualquer violação deste Acordo;
- Que forem recebidas de boa-fé, pela Parte receptora, de terceiros que tiverem sua posse ou o direito legal de divulgá-las;
- Que estiverem sob a posse da Parte receptora anteriormente à época de sua divulgação, e desde que essa Parte possa comprovar isso, por escrito, assim como o fato de tê-las adquirido, legalmente, da outra Parte, e não de forma direta ou indireta.
- Forem descobertas ou desenvolvidas, independentemente, pela Parte, sem o uso de informação Confidencial, da outra Parte, e conforme documentado por registros escritos.

4 - DO ACORDO

4.1 O período de vigência deste Acordo é de _____ (_____) anos contados a partir da sua data de sua assinatura.

4.2 Toda Informação Confidencial deverá ser mantida em confidencialidade pela parte recebedora por 10 (dez) anos após a expiração da vigência deste Acordo.

4.3 O presente Acordo não confere a nenhuma das Partes, nem explícita nem implicitamente, o direito de fazer declarações ou de comprometer-se em nome da outra Parte.

4.4 O presente Acordo não gera, para as Partes, a obrigação mútua de contratar, subcontratar ou estabelecer quaisquer negócios entre si ou terceiros.

4.5 Os direitos e obrigações do presente Acordo não poderão ser transferidos ou cedidos por nenhuma das Partes, sob nenhum motivo, sem a prévia anuência, por escrito, da outra Parte.

4.6 O descumprimento por uma das Partes, de qualquer obrigação deste Acordo, não constituirá novação ou prejudicará o direito da Parte prejudicada em exigir o cumprimento de quaisquer uma de suas cláusulas.

4.7 Caso uma das Partes venha a descumprir qualquer um dos itens deste Acordo, a Parte inocente poderá solicitar indenização; hipótese em que a Parte culpada deverá arcar com as perdas, os danos cabíveis, os lucros cessantes e outros prejuízos, na forma da legislação vigente.

4.8 Caracterizada a infração da confidencialidade (na forma deste Acordo), a Parte prejudicada ficará autorizada a impetrar medida cautelar, no Brasil, para a retenção da receita correspondente a todo resultado econômico do uso da Informação Confidencial infringida, até que, em juízo ou fora dele, se decida, se determine e se liquide o valor da indenização a ser paga.

4.9 Se uma ou mais disposições contidas neste Acordo forem consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições contidas neste Acordo não serão afetadas, de forma alguma, e continuarão plenamente válidas de acordo com o permitido pela legislação aplicável.

4.10 Não obstante o que foi acordado, a Parte receptora pode divulgar informações confidenciais para seus advogados, desde que garantam que esses irão mantê-la em termos não menos estritos do que os contidos neste documento.

4.11 Para dirimir quaisquer dúvidas, ou solucionar controvérsias resultantes do presente Acordo, fica desde já eleita a legislação aplicável da República Federativa do Brasil, assim como o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF, prevalecendo este sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

4.12 E por estarem as Partes assim justas e concordantes, assinam o presente Acordo em 3 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas

.

Brasília, DF, _____ de _____ de 2019

Contratada

Contratante

Testemunha:

Testemunha